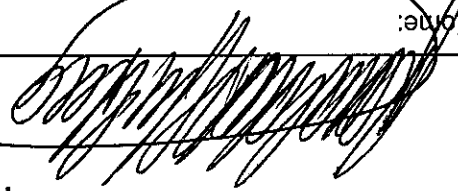
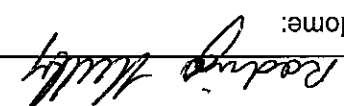


Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da TF Têxtil Participações S.A.

TFS FRANCHISING LTDA.

Nome: _____
Cargo: _____


Nome: _____
Cargo: _____








50

M



Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da TF Têxtil Participações S.A.

TFL COMÉRCIO DE ROUPAS E ACESSÓRIOS LTDA.

Nome: *[Assinatura]*
Cargo:

Nome: *Rodrigo Kelly*
Cargo:

8

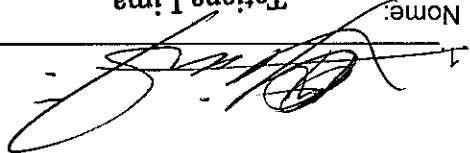
[Assinatura]



[Assinatura]
51
M

Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da TF Têxtil Participações S.A.

Testemunhas

1. 
Nome: Tatiana Lima
CPF: RG. 32.493.835-4
RG: 120.713.208-08

2. _____
Nome:
CPF:
RG:

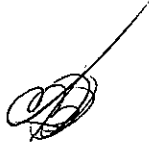
8



52



ANEXO I
Contrato de Cessão Fiduciária



INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

(a) **TF Têxtil Participações S.A.**, companhia fechada constituída sob as leis brasileiras, com sede na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 12º andar, parte, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 11.957.551/0001-64, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("SPE", "Companhia" ou "Cedente");

(b) **Planner Trustee DTVM Ltda.**, sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima n.º 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, na qualidade de Agente Fiduciário representante da comunhão de interesses dos titulares das debêntures de emissão da Cedente ("Debêntures", "Agente Fiduciário" ou "Cessionária" e "Debenturistas", respectivamente) emitidas pela Companhia nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da TF Têxtil Participações S.A.", celebrado em 05 de outubro de 2010, entre a Emissora, o Agente Fiduciário e outros ("Escritura de Emissão"); e

(c) **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, estabelecida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2235 - 27º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 90.400.888/0001-42, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Banco Depositário" e, em conjunto com a Cedente e a Cessionária, "Partes");

CONSIDERANDO QUE:

(i) a Cedente e a Cessionária celebraram a Escritura de Emissão;

(ii) nos termos da Escritura de Emissão os direitos da Cedente sobre os recursos oriundos da integralização das Debêntures devem ser, em conjunto com os direitos detidos pela Cedente sobre a Conta de Liquidação definida no considerando "iii" abaixo, cedidos fiduciariamente ao Agente Fiduciário, em garantia do pagamento integral de todos os valores devidos aos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão; e

(iii) as Partes celebraram na presente data o Contrato de Administração de Conta de Liquidação (abaixo definida), tendo por objeto estabelecer as regras pelas quais o Banco Depositário, sob orientação



1

da Cessionária, prestará serviços de manutenção, controle e administração da Conta de Liquidação, identificada no Anexo II deste Contrato ("Conta de Liquidação") e dos investimentos Permitidos;

resolverem, na melhor forma de direito, celebrar o presente "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Outras Avenças" ("Contrato"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES

1.1. As palavras e expressões iniciadas com letra maiúscula neste Contrato, no singular ou no plural, terão o significado a elas atribuído neste Contrato e, na ausência de atribuições neste Contrato, a elas atribuído na Escritura de Emissão. Em caso de dúvida, prevalecerá a definição estabelecida na Escritura de Emissão.

1.2. Todas as referências à Cessionária devem considerar sua atuação neste Contrato como Agente Fiduciário representante da comunidade de interesses dos titulares das Debêntures emitidas nos termos da Escritura de Emissão.

CLÁUSULA SEGUNDA – CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA

a Emissora outorgou poderes irrevogáveis e irretratáveis ao Agente Fiduciário,

2.1. Por este Contrato e na melhor forma da lei, como garantia do fiel e integral pagamento de todos os valores devidos aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, a Cedente cede fiduciariamente à Cessionária (na qualidade de Agente Fiduciário representante da comunidade dos Debenturistas), em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 66-B, da Lei nº 4.728/65, com a redação dada pela Lei nº 10.931/04, até que tenha ocorrido a incorporação da Cedente pela Scalina S.A., nos termos da Escritura de Emissão ("Incorporação" e "Scalina", respectivamente) ou, se for o caso, na ocorrência da hipótese de resgate antecipado obrigatório, prevista nos termos da Cláusula 4.10.3 da Escritura de Emissão, os seguintes direitos, títulos e interesses (quer atualmente existentes ou que venham a ser adquiridos após esta data) atuais e futuros com relação: (i) à totalidade dos recursos oriundos da integralização das Debêntures, os quais deverão ser depositados e mantidos na Conta de Liquidação, bem como a quaisquer frutos de tais recursos provenientes da sua aplicação financeira, nos termos permitidos pelo Contrato de Administração de Conta de Liquidação referido no considerando "IIII" supra; e (iii) à Conta de Liquidação.

2.2. A cessão fiduciária objeto deste Contrato é desde já reconhecida pelas Partes, de boa fé e com conhecimento sobre a estrutura da garantia real referida neste Contrato, como existente, válida e perfeitamente formalizada, para todos os fins de direito.

2.3. Pela cessão fiduciária objeto deste Contrato não será devida qualquer compensação pecuniária à Cedente.

2.4. A Cessionária renuncia à sua faculdade de ter a posse direta sobre os documentos que comprovam os direitos cedidos, nos termos do artigo 66-b, § 3º, da lei nº 4.728/65, com a redação dada pela lei nº 10.931/04. A Cedente, por sua vez, mantém os documentos que comprovam os direitos cedidos sob sua posse direta, a título de fiel depositária, obrigando-se a entregá-los em 48 (quarenta e oito) horas quando, para tanto, solicitado pela Cessionária, declarando-se ciente de sua responsabilidade civil e penal pela conservação e entrega desses documentos.

2.5. Em caso de decretação de falência da Cedente, a Cedente deverá imediatamente entregar os documentos que suportam a existência dos direitos cedidos à Cessionária, transferindo-lhe, imediatamente, a posse direta de tais documentos.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXCUSSÃO DA GARANTIA

3.1. A Cessionária (na qualidade de Agente Fiduciário representante da comunhão de interesses dos Debenturistas) poderá exercer automaticamente, independentemente do envio de qualquer aviso ou notificação, seus direitos decorrentes da cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato, uma vez decorrido o prazo, previsto na Escritura de Emissão, para que haja a incorporação, sem que tal incorporação tenha ocorrido.

3.2. Uma vez ocorrida a condição referida no item 3.1 acima, e sem prejuízo dos demais direitos estabelecidos neste Contrato e na Escritura de Emissão, a Cessionária (na qualidade de Agente Fiduciário representante da comunhão de interesses dos Debenturistas) poderá exercer todos os direitos e poderes conferidos ao credor fiduciário, nos termos da legislação aplicável, especialmente aqueles previstos pelo Artigo 66-B, Parágrafos 3º e 4º da Lei nº 4.728/65, inclusive, sem limitação, o direito de utilizar os valores depositados na Conta de Liquidação para exclusivamente proceder ao pagamento integral de todos os valores devidos aos Debenturistas, nos termos previstos na Escritura de Emissão.

3.3. Uma vez excutida a garantia objeto deste Contrato, efetuado o pagamento integral de todos os valores devidos aos Debenturistas, nos termos previstos na Escritura de Emissão, e resgatadas integralmente as Debêntures, o saldo eventualmente existente deverá ser devolvido à Companhia.

3.4. A prática pela Cessionária de qualquer ato, inclusive a instauração de ações judiciais para a excussão da garantia objeto deste Contrato, não prejudicará, reduzirá, de qualquer maneira, o direito da Cessionária de praticar qualquer outro ato ou de empreender qualquer outro procedimento para exigir a realização do pagamento pela Cedente de todos e quaisquer pagamentos devidos aos Debenturistas em tal hipótese, de acordo com este Contrato e com a Escritura de Emissão.

CLÁUSULA QUARTA – PROCURAÇÃO

4.1. A Cedente nomeia e constitui, nesta data, em caráter irrevogável e irretratável, para o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato, a Cessionária (na qualidade de Agente Fiduciário representante da comunhão de interesses dos Debituristas) sua bastante procuradora, com poderes para praticar os atos e negócios jurídicos relacionados ao objeto deste Contrato, nos termos do artigo 684 do Código Civil, mediante a outorga de procurações na forma do Anexo III a este Contrato.

4.2. O mandato outorgado nos termos da procuração constante do Anexo III a este Contrato ficará automaticamente revogado nas hipóteses de (i) substituição do Agente Fiduciário nos termos e condições previstos na Escritura de Emissão ou (ii) se transcorrido o seu prazo de validade. Nestas hipóteses, a Cedente obriga-se, desde já, em caráter irrevogável e irretratável, a outorgar imediatamente novas procurações, na forma do Anexo III a este Contrato ao Agente Fiduciário ou, conforme o caso, à parte que venha a assumir as funções de agente fiduciário da Emissão.

CLÁUSULA QUINTA - EXECUÇÃO ESPECÍFICA

5.1. As obrigações assumidas neste contrato poderão ser objeto de execução específica por iniciativa da Cessionária, nos termos do disposto no Código de Processo Civil, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente contrato e da Escritura de Emissão.

CLÁUSULA SEXTA – REGISTRO

6.1. A Cedente, às suas próprias expensas, registrará o presente Contrato e seus anexos, bem como qualquer aditamento a este Contrato, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O presente Contrato deverá estar devidamente registrado no referido cartório em até 15 (quinze) dias a contar da data de sua respectiva assinatura, sendo que uma via original do presente Contrato, devidamente registrado, deverá ser entregue, pela Emissora ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias contados da data do efetivo registro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DECLARAÇÕES

7.1. A Cedente declara às demais Partes que:

(a) é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis do Brasil;

(b) está devidamente autorizada e obtive todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração deste Contrato e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas,



4

tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(c) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(d) a celebração deste Contrato e o cumprimento de suas obrigações previstas neste Contrato não infringem ou contraem, sob qualquer aspecto material, (i) qualquer contrato ou documento no qual sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; ou (2) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (iii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que estejam sujeitos; ou (iiii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral;

(e) o presente Contrato constitui obrigação válida e exequível em conformidade com seus termos;

(f) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso sobre os seus negócios ou suas obrigações nos termos deste Contrato;

(g) o Banco Depositário é a única instituição contratada e com poderes para receber os recursos depositados na Conta de Liquidação de sua titularidade;

(h) os seus direitos com relação à Conta de Liquidação encontram-se, nesta data, e permanecerão durante o prazo de vigência deste Contrato, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, restrições ou gravames de qualquer espécie, com exceção da garantia constituída por este Contrato. Não existe qualquer disposição ou cláusula contida em qualquer instrumento, acordo, cessão fiduciária, ou discussões judiciais, administrativas ou arbitrais de qualquer natureza, ou impedimento de qualquer natureza que vede, restrinja, reduza ou limite, de qualquer forma, a constituição e manutenção da presente garantia sobre a Conta de Liquidação ou os direitos atuais e futuros com relação à Conta de Liquidação;

(i) as procurações outorgadas nos termos deste Contrato são válidas e exequíveis de acordo com seus termos e conferem à Cessionária os poderes nela expressos; e

(j) cumprirá com todos os seus deveres e obrigações estabelecidos neste Contrato, nas formas e prazos estabelecidos neste Contrato.



7.2. A Cessionária declara às demais Partes que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis do Brasil;
- (b) esta devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração deste Contrato e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) o presente Contrato constitui obrigação válida e exequível em conformidade com seus termos;
- (e) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso sobre os seus negócios ou suas obrigações nos termos deste Contrato; e
- (f) cumprirá com todos os seus deveres e obrigações estabelecidos neste Contrato, nas formas e prazos estabelecidos neste Contrato.

7.3. O Banco Depositário declara às demais Partes que:

- (a) é uma instituição financeira regularmente constituída de acordo com as leis do Brasil;
- (b) esta devidamente autorizado a celebrar este Contrato e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) o presente Contrato constitui obrigação válida e exequível em conformidade com seus termos;
- (e) não recaem sobre a Conta de Liquidação quaisquer ônus ou gravames, com exceção dos ônus previstos neste Contrato; e
- (f) cumprirá com todos os seus deveres e obrigações estabelecidos neste Contrato, nas formas e prazos estabelecidos neste Contrato.



CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

8.1. Sem prejuízo das demais obrigações da Cedente nos termos deste Contrato, a Cedente obriga-se a, até que tenha ocorrido a Incorporação, o integral cumprimento de todas as obrigações descritas na Escritura de Emissão (que, para os fins legais, são descritas no Anexo I deste Contrato), ou, caso tais condições não sejam cumpridas no prazo previsto na Escritura de Emissão, até a final liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas, nos termos da Escritura da Emissão:

(a) defender os direitos sobre a Conta de Liquidação contra quaisquer reivindicações de terceiros, bem como adotar todas as medidas e providências no sentido de assegurar que o Agente Fiduciário mantenha o direito de execução das garantias constituídas nos termos deste Contrato e de consolidação da propriedade dos direitos presentes e futuros, relativos à Conta de Liquidação, em nome do Agente Fiduciário;

(b) informar a Cessionária, por escrito, prontamente após tomar conhecimento da ocorrência de qualquer ato, fato, evento ou controvérsia que razoavelmente possa afetar os direitos e obrigações pactuados neste Contrato;

(c) informar a Cessionária, por escrito, sobre a ocorrência da Incorporação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de tal fato;

(d) assinar, anotar e prontamente entregar, ou fazer com que sejam assinados, anotados e entregues ao Agente Fiduciário, arcando com os respectivos custos e despesas, todos os documentos, e tomar todas as medidas razoáveis que venham a ser solicitadas por escrito pelo Agente Fiduciário, atuando na qualidade de representante da comunidade de interesses dos Debenturistas, que sejam necessárias à salvaguarda de seus direitos, interesses e prerrogativas nos termos deste Contrato;

(e) cumprir, mediante o recebimento de comunicação enviada por escrito pelo Agente Fiduciário, na qual este declare que ocorreu um Evento de Vencimento Antecipado, todas as instruções razoáveis passadas por escrito pelo Agente Fiduciário para regularização das obrigações inadimplidas, decorrentes da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado ou para excussão da presente garantia;

(f) no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de assinatura de qualquer aditamento ao presente Contrato, obter tal aditamento devidamente registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sendo que uma via original dos referidos aditamentos deverá ser entregue pela Emissora, ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data do efetivo registro;





Emissão, prevalecerão as disposições da Escritura de Emissão.

9.3. Em caso de dúvida ou controvérsia entre as disposições deste Contrato e aquelas da Escritura de

mesmo efeito.

9.2. Caso qualquer das disposições deste Contrato venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o

na Escritura de Emissão.

9.1. Este Contrato é celebrado nesta data em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si, seus sucessores e cessionários a qualquer título. O presente Contrato permanecerá válido até: (i) que tenha ocorrido a incorporação, devendo os recursos oriundos da integralização das Debêntures depositados na Conta de Liquidação ser liberados à Cedente pelo Agente Fiduciário, desde que com integral observância do procedimento para tanto previsto na Escritura de Emissão; ou (iii) até o pagamento integral, pela Cedente, de todos os valores devidos aos Debenturistas, nos termos previstos

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

(k) não ceder, gravar, onerar ou outorgar qualquer tipo de garantia sobre a Conta de Liquidação, os recursos nela depositados e os direitos a tal conta e a tais recursos relativos, bem como mantê-los livres e desembaraçados de quaisquer ônus, restrições, divisões ou gravames adicionalmente à garantia outorgada nos termos deste Contrato em favor do Agente Fiduciário.

(j) na ocorrência de um dos eventos de vencimento antecipado previstos na Escritura de Emissão, não obstar a realização e implementação, pelo Agente Fiduciário, de quaisquer atos que sejam por este considerados como necessários ou convenientes à excussão da garantia ora constituída e à salvaguarda dos direitos, interesses e garantias dos Debenturistas; e

(i) defender-se, de forma tempestiva e eficaz, de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa afetar, no todo ou em parte, a Conta de Liquidação e os direitos relativos às mesmas, a manutenção da garantia outorgada nos termos deste Contrato, mantendo o Agente Fiduciário informado;

(h) manter todas as autorizações necessárias à celebração deste Contrato e da Escritura de Emissão, bem como ao cumprimento de todas as obrigações aqui e lá previstas, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e vigor;

(g) manter a presente garantia sempre existente, válida, eficaz, em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição;

9.4. O presente Contrato constitui título executivo extrajudicial, nos termos do Código de Processo Civil.

9.5. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente Contrato. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou tolerância no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas Partes ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

9.6. Nenhuma Parte poderá ceder seus direitos e obrigações contratuais decorrentes deste Contrato sem a prévia e expressa autorização, por escrito, do Agente Fiduciário e do Banco Depositário.

9.7. As comunicações referentes a este Contrato serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios ou por teleograma nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado.

Para a Companhia:

TF Têxtil Participações S.A.

Avenida. Papa João Paulo I, 5.235 – Bonsucesso –

Guarulhos – SP – CEP 07170-350

At.: Nelson Falcone Pereira

Telefone: 11 3598-2097

Fax: 11 3598-2099

E-mail: nelson.falcone@trfll.com.br

Para a Cessionária:

Planner Trustee DTVM Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 10º andar – Itaim Bibi

CEP: 04538-132

São Paulo – SP

At.: Viviane Rodrigues

Telefone: (11) 2172-2628

Fac-símile: (11) 3078-7264

Correio Eletrônico: vrodrigues@plannercorretora.com.br

Para o Banco Depositário:

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2235 - 27º andar



Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2235 - 27º andar

São Paulo - SP

At.: Enzo Pierobom

Telefone: 11- 3553.5026

Correio Eletrônico: enzo.pierobom@santander.com.br

9.8. O presente Contrato e suas disposições apenas serão modificados ou aditados com o consentimento expresso e por escrito de todas as Partes, atuando por seus representantes legais ou procuradores devidamente autorizados.

9.9. Fica eleito, como foro competente para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste Contrato, o foro da comarca da capital, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que possa ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 05 de outubro de 2010.

[assinaturas iniciam-se na página seguinte]

[restante desta página intencionalmente deixado em branco]



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

10

TF TÊXTIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: _____

Cargo: _____

8



Handwritten signature.

14

11

Handwritten signature.

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Nome: _____

Cargo: _____

8



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

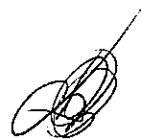
[Handwritten signature]

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____









Testemunhas:

Nome: _____

RG: _____

CPF/MF: _____

Nome: _____

RG: _____

CPF/MF: _____



14

(Para Fins da Lei nº 4.728/65, conforme alterada)

OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

ANEXO I

1.1

Obrigações Garantidas: obrigação de liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas, , nos termos da Escritura de Emissão, consistente no pagamento do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, acrescido da Remuneração (abaixo definido).

Sumário da Emissão. A primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfaria com garantia adicional real e fiduciária, em série única, de emissão da SPE, no montante total de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), na Data de Emissão das Debêntures da SPE, a serem colocadas publicamente, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476, conta com as seguintes principais características, que resumizam os termos da Escritura de Emissão:

- (I) quantidade: 10 (dez) Debêntures,
- (II) valor nominal unitário: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais) na Data de Emissão (abaixo definido);
- (III) espécie e forma: quirográfaria, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações,
- (IV) forma: nominativa e escritural;
- (V) número de séries: as Debêntures serão emitidas em série única;
- (VI) data da emissão: 11 de outubro de 2010;
- (VII) vencimento: até 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da SPE"), ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado e Vencimento Antecipado, conforme definidas na Escritura de Emissão;
- (VIII) pagamento de juros: semestral;
- (IX) amortização do principal: 8 (oito) amortizações iguais, semestrais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 11 de março de 2012 (até esta data não haverá amortização do principal, apenas pagamento dos juros, conforme "pagamento de juros" abaixo);
- (X) cláusula penal: a multa convencional, irreductível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, acrescida das eventuais despesas incorridas para cobrança.
- (XI) vencimento antecipado e obrigações: as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures descritas são aquelas no item 4.11 da Escritura de Emissão;
- (XII) resgate antecipado: as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo e Obrigatório são aquelas previstas nos itens 4.9.4.2 e 4.10 da Escritura de Emissão;



As demais características, condições e direitos da Emissão, da Oferta Restrita e das Debêntures estão estabelecidos na Escritura de Emissão.

(XIV) destinação dos recursos: utilizado como investimento em bens de capital (CAPEX) da Scalina S.A., após a incorporação da SPE;

(XIII) remuneração: as Debêntures da SPE farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, equivalentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra-grupo, acrescida de um *spread* (ou sobretaxa) de 2,4% a.a., base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CDI"), ;



[Handwritten signature]

16

[Handwritten signature]

ANEXO II
 CONTA DE LIQUIDAÇÃO

Titular	Conta	Agência	Banco
TF Têxtil Participações S.A.	290021956	2271	Banco Santander (Brasil) S.A.

8



[Handwritten signature]

14

17

ANEXO III
MODELO DE PROCURAÇÃO

"TF Têxtil Participações S.A., companhia fechada constituída sob as leis brasileiras, com sede na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 12º andar, parte, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 11.957.551/0001-64, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social ("Outorgante"), em caráter irrevogável e irretratável, nomeia e constitui a **Planner Trustee Dtm Ltda.**, sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima n.º 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, doravante denominada simplesmente, ("Mandatário"), atuando na qualidade de agente fiduciário representante da comunhão de interesses dos titulares das debêntures ("Debenturistas") emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da TF Têxtil Participações S.A." ("Escritura de Emissão"), seu procurador para atuar, nos limites máximos permitidos por lei, para praticar e celebrar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes, tão somente e a fim de executar e/ou apertear o "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e de Direitos Sobre Contas Bancárias", celebrado em 05 de outubro de 2010, entre a Outorgante, o Mandatário e outros ("Contrato") e seus eventuais aditamentos e Termos de Adesão, com poderes para:

(i) praticar qualquer ato ou negócio jurídico (inclusive atos perante órgãos públicos ou quaisquer terceiros) necessário à preservação da cessão fiduciária em garantia constituída nos termos do Contrato, inclusive poderes para registrar o Contrato e seus eventuais aditamentos e Termos de Adesão nos cartórios competentes, observado o disposto no item 6.1 do Contrato, e

(ii) Uma vez decorrido o prazo previsto na Escritura de Emissão para que haja a incorporação da Outorgante pela Scalina S.A., sem que tal incorporação tenha ocorrido, (a) praticar todos os atos necessários (inclusive perante órgãos públicos, autoridades governamentais ou quaisquer terceiros) para exercer os direitos decorrentes da cessão fiduciária em garantia prevista no Contrato; (b) alienar, seja por venda pública ou privada, independentemente da realização de leilão, hasta pública ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, cobrar, receber, reter, transferir, buscar execução judicial ou extrajudicial e/ou liquidar, com relação à Conta de Liquidação e aos montantes nela depositados (no todo ou em parte); (c) receber os valores referentes a subscrição das Debêntures; (d) praticar qualquer ato ou firmar qualquer documento que venha a ser necessário com relação a qualquer medida concernente às Contas de Liquidação, conforme previsto no Contrato ou no Contrato de Administração de Conta de Liquidação (conforme definido na Escritura de Emissão), inclusive, entre outros, efetuar a liberação dos recursos depositados na Conta de Liquidação uma vez que tenha ocorrido a incorporação da Outorgante pela Scalina S.A., nos termos da Escritura de Emissão, ou que, no prazo previsto na Escritura de Emissão, tal incorporação não tenha sido concluída, conforme disposto na Escritura de Emissão; (e) instruir o Banco Depositário a reter todos e quaisquer fundos depositados na Conta de Liquidação em conformidade com



São Paulo, [•] de [•] de 2010."

os termos e condições estabelecidos no Contrato ou no Contrato de Administração de Conta de Liquidação; e (f) substabelecer os poderes ora conferidos, para atuação visando os mesmos propósitos.

Deverá o Mandatário prestar contas à Outorgante dos atos praticados em decorrência do presente instrumento de mandato na forma do artigo 668, incorrendo nas obrigações e penalidades previstas nos artigos 667 e seguintes do Código Civil.

Os termos iniciados por letra maiúscula empregados, mas não definidos no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato.

A presente procuração é outorgada como condição à celebração do Contrato e para atendimento das obrigações nele previstas, em conformidade com o artigo 684 do Código Civil e será irrevogável, irretratável, válida e eficaz até que o Contrato tenha se extinguido em conformidade com seus termos e condições.

Esta procuração ficará automaticamente revogada nas hipóteses de substituição do Agente Fiduciário, nos termos e condições previstos na Escritura de Emissão.

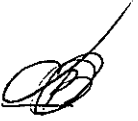


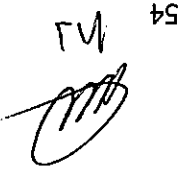
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

ANEXO II
Contrato de Administração de Contas



54


CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA DE LIQUIDAÇÃO

- (a) **TF Têxtil Participações S.A.**, companhia fechada constituída sob as leis brasileiras, com sede na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 12º andar, parte, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 11.957.551/0001-64, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("SPE" ou "Companhia");

- (b) **Planner Trustee DTM DTM Ltda.**, sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima n.º 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, na qualidade de Agente Fiduciário representante da comunhão de interesses dos titulares das debêntures de emissão da Companhia ("Debêntures", "Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente) emitidas pela Companhia nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quilografaria com Garantia Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da TF Têxtil Participações S.A.", celebrado em 05 de outubro de 2010, entre a Emissora, o Agente Fiduciário e outros ("Escritura de Emissão"); e

- (c) **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, estabelecida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2235 - 27º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 90.400.888/0001-42, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Banco Administrador" e, em conjunto com a SPE e o Agente Fiduciário, "Partes");

CONSIDERANDO QUE:

- (i) a SPE, o Agente Fiduciário e outros, celebraram a Escritura de Emissão;

- (ii) nos termos da Escritura de Emissão os direitos da Companhia sobre os recursos oriundos da integralização das Debêntures devem ser, em conjunto com os direitos detidos pela Companhia sobre a Conta de Liquidação (abaixo definido), mantida junto ao Banco Administrador, cedidos fiduciariamente ao Agente Fiduciário, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Outras Avenças" celebrado, em 05 de outubro de 2010, entre a Companhia, o Agente Fiduciário e o Banco Administrador ("Contrato de Cessão Fiduciária"), em garantia do pagamento integral de todos os valores devidos aos, nos termos Escritura de Emissão;

- (iii) igualmente de acordo com a Escritura de Emissão, as Partes obrigaram-se a regular os termos e condições para administração e movimentação da Conta de Liquidação (abaixo definido) nos termos deste Contrato;



[Handwritten signature]

resolvem, em regular forma de direito, de comum acordo e sem quaisquer restrições, celebrar o presente "Contrato de Administração de Conta de Liquidação" ("Contrato"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1. DAS DEFINIÇÕES

1.1. As palavras e expressões iniciadas com letra maiúscula neste Contrato, no singular ou no plural, terão o significado a elas atribuído neste Contrato e, na ausência de atribuições neste Contrato, a elas atribuído na Escritura de Emissão. Em caso de dúvida, prevalecerá a definição estabelecida na Escritura de Emissão.

CLÁUSULA 2. DO OBJETO

2.1. As Partes estabelecem, por meio deste Contrato, em caráter irrevogável e irretratável e para todo o prazo de vigência deste Contrato, as regras pelas quais o Banco Administrador, sob orientação do Agente Fiduciário, prestará serviços de manutenção da Conta de Liquidação (abaixo definido), atuando como banco mandatário, depositário e responsável pela administração, recebimento e liquidação dos valores depositados na Conta de Liquidação (abaixo definido), sendo que os referidos serviços compreendem a execução e operacionalização de todos os procedimentos e rotinas estabelecidos neste Contrato e na Escritura de Emissão.

CLÁUSULA 3. DA CONTA DE LIQUIDAÇÃO

3.1. A Conta de Liquidação, identificada no Anexo I deste Contrato, será administrada de acordo com a sua finalidade, seguindo os procedimentos indicados nesta Cláusula III ("Conta de Liquidação").

3.2. Crédito de Recursos na Conta de Liquidação

3.2.1. A Conta de Liquidação foi aberta, nesta data, em nome da SPE, pelo Banco Administrador, e tem como função exclusiva receber a totalidade dos recursos referentes à integralização das Debêntures e, conforme o caso, dos rendimentos dos Investimentos Permitidos (abaixo definido).

3.2.2. Os recursos depositados na Conta de Liquidação ficarão sujeitos à liberação a favor da SPE pelo Agente Fiduciário, de acordo com os termos deste Contrato e da Escritura de Emissão.

3.3. Liberação dos Recursos da Conta de Liquidação

3.3.1. A transferência dos recursos da Conta de Liquidação ocorrerá mediante autorização expressa do Agente Fiduciário, na forma estabelecida neste Contrato.



3.3.2. A SPE deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando a realização da Incorporação, nos termos da Escritura de Emissão para que seja possível determinar se as condições para liberação dos recursos indicadas na Escritura de Emissão foram atendidas ("Notificação de Solicitação de Liberação").

3.3.3. Caberá ao Agente Fiduciário identificar, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da Notificação de Solicitação de Liberação, se a Incorporação foi realizada e, em o tendo sido, autorizar a transferência dos recursos depositados na Conta de Liquidação, enviando autorização, por escrito, ao Banco Administrador, indicando o valor, a conta de destino e a data em que a transferência deverá ocorrer. Referida autorização deverá estar acompanhada da Notificação de Solicitação de Liberação e deverá ser enviada com, no mínimo, 1 (um) dia útil de antecedência, e a transferência dos respectivos valores deverá ser realizada no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar do recebimento da ordem e da autorização pelo Banco Administrador.

3.4. Não Atendimento às Condições para Liberação dos Recursos

3.4.1. Caso o Agente Fiduciário verifique que a Incorporação não foi realizada, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação para a SPE em até 1 (um) dia útil após o término do prazo estabelecido no item 3.3.3. acima, descrevendo o motivo do não atendimento da Notificação de Solicitação de Liberação, para que a SPE possa satisfazer, ou fazer com que as demais partes envolvidas satisfaçam, em um prazo de no máximo 10 (dez) dias úteis, as condições não atendidas ("Notificação de Pendência").

3.4.2. Caso o motivo do não atendimento da Notificação de Solicitação de Liberação seja sanado pela SPE dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do recebimento da Notificação de Pendência, o Agente Fiduciário encaminhará, em até 2 (dois) dias úteis do recebimento da comprovação enviada pela SPE do cumprimento da(s) condição(ões) pendente(s), autorização, por escrito, ao Banco Administrador, acompanhada do documento que lhe tenha sido encaminhado para comprovar o cumprimento da(s) condição(ões) pendente(s), indicando o valor, conta de destino e a data em que a transferência da Conta de Liquidação deverá ocorrer, observado que a transferência dos respectivos valores deverá ser realizada no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar do recebimento da autorização e da ordem pelo Banco Administrador.

3.4.3. Caso o motivo do não atendimento da Notificação de Solicitação de Liberação não seja sanado pela SPE dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do recebimento da Notificação de Pendência, a SPE, para receber os recursos não liberados, deverá apresentar novamente uma Notificação de Solicitação de Liberação, nos termos do item 3.3.2. acima, reiniciando o procedimento para a liberação dos recursos, observado o disposto no item 3.6.1. abaixo.



3.5. Despesas com a Emissão

3.5.1. De acordo com os termos da Escritura de Emissão, as Partes concordam expressamente que as despesas relacionadas à Emissão, tais como remuneração do Agente Fiduciário, do Banco Administrador, assessores legais, custos relacionados à custódia e liquidação, custos relacionados a registros nos cartórios competentes e despesas referentes a juntas comerciais serão arcadas pela SPE, não podendo esta utilizar os recursos mantidos na Conta de Liquidação.

3.5.1.1. Além das despesas, a SPE também ficará encarregada dos procedimentos necessários ao registro deste contrato.

3.6. Resgate Obrigatório das Debêntures mediante Movimentação da Conta de Liquidação

3.6.1. Uma vez decorrido o prazo previsto na Escritura de Emissão para a realização da Incorporação e sem que esta tenha, de fato, ocorrido resta, portanto, configurada a hipótese de Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures nos termos da Escritura de Emissão, devendo o Agente Fiduciário enviar ordem, por escrito, ao Banco Administrador, indicando os valores e as contas de destino que deverão ser transferidos da Conta de Liquidação, para o integral pagamento de todos os valores devidos aos Debenturistas em decorrência do Resgate Obrigatório, nos termos da Escritura de Emissão, devendo a transferência dos referidos valores ser realizada no prazo de, no máximo, 1 (um) dia útil a contar do recebimento da ordem pelo Banco Administrador.

3.6.2. A SPE autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, o Banco Administrador, a transferir os valores depositados na Conta de Liquidação para os fins previstos no subitem acima.

3.7. Aplicação de Recursos da Conta de Liquidação

3.7.1. As Partes concordam que, enquanto não liberados para a SPE ou utilizados para proceder ao pagamento de todos os valores devidos aos Debenturistas, nos termos deste Contrato e da Escritura de Emissão, os recursos depositados na Conta de Liquidação deverão permanecer aplicados exclusivamente em valores mobiliários ou fundos que remunerem o equivalente a títulos públicos federais, preferencialmente com rendimento pós-fixado, ou em fundos de investimento por estes lastreados, de baixo risco, que possuam liquidez diária ("Investimentos Permitidos"), sendo certo que quaisquer rendimentos, recursos e/ou resgates, conforme o caso, provenientes dos investimentos Permitidos permanecerão vinculados a Conta de Liquidação e serão considerados como nela depositados nos termos do item 3.2.1 deste Contrato.

3.8. Movimentação da Conta de Liquidação



MJ

3.8.1. A Conta de Liquidação será movimentada, unicamente, pelo Banco Administrador, mediante o envio de instruções por correspondências ou fac-símile, com comprovante de recebimento, não sendo permitida a emissão de cheques ou de qualquer outro meio de movimentação realizado pela SPE ou pelo Agente Fiduciário, nos termos deste Contrato.

3.9. Divulgação de Informações da Conta de Liquidação

3.9.1. A SPE autoriza, neste ato, o Banco Administrador, de forma irrevogável e irretratável, a fornecer quando solicitado ao Agente Fiduciário, todas e quaisquer informações referentes à Conta de Liquidação, incluindo informações relativas a qualquer movimentação e o saldo da Conta de Liquidação, renunciando, portanto, ao direito de sigilo bancário em relação a tais informações, de acordo com o inciso V, parágrafo 3º, artigo 1º, da Lei Complementar nº 105/2001.

3.9.2. O Banco Administrador disponibilizará ao Agente Fiduciário, mediante acesso ao extrato da Conta de Liquidação (Bankline), informações sobre o fluxo de recursos na Conta de Liquidação. Quaisquer informações adicionais referentes à Conta de Liquidação, não disponibilizadas ao Agente Fiduciário por meio do Bankline, serão fornecidas ao Agente Fiduciário pelo Banco Administrador sempre que solicitadas e no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da respectiva solicitação.

3.10. Agente Fiduciário

3.10.1. Para o atendimento das obrigações aqui previstas, a SPE nomeia e constitui em caráter irrevogável e irretratável, o Agente Fiduciário seu bastante procurador, para praticar todos e quaisquer atos relacionados ao objeto deste Contrato, nos termos do artigo 684 do Código Civil Brasileiro, com exceção das comunicações/notificações de responsabilidades da SPE previstas nos subitens 3.3.2, 3.4.2, 3.4.3, acima e 4.4.2, abaixo. Nas hipóteses de renúncia ou destituição do Agente Fiduciário, nos termos e condições previstos na Escritura de Emissão, o mandato outorgado nos termos deste Contrato operará efeitos imediatos com relação ao novo agente fiduciário, sem solução de continuidade, como se os poderes ora outorgados tivessem sido outorgados ao novo agente fiduciário desde a data de celebração do presente Contrato.

3.10.2. Na não ocorrência da Incorporação no prazo acordado na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário instruirá o Banco Administrador, por escrito, a transferir a totalidade dos recursos depositados na Conta de Liquidação para as contas bancárias dos titulares das Debêntures, para fins de liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas pela SPE em decorrência da emissão das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão.

3.10.3. Os poderes outorgados ao Agente Fiduciário nos termos deste Contrato autorizam o Agente Fiduciário a emitir todas as ordens e instruções aqui previstas ao Banco Administrador,



independentemente de qualquer manifestação futura da SPE, devendo o Banco Administrador considerar referidas ordens válidas para todos os efeitos, mesmo que haja manifestação contrária da SPE.

3.10.3.1. A SPE renuncia expressamente neste ato, de forma irrevogável e irretratável, a qualquer direito que eventualmente tenha de exigir que as transferências de recursos previstas neste Contrato dependam de sua prévia manifestação, assim como de tomar qualquer tipo de medida, judicial ou extrajudicial, no sentido de interferir nas instruções e ordens emitidas pelo Agente Fiduciário ao Banco Administrador, nos termos deste Contrato.

CLAUSULA IV. DO BANCO ADMINISTRADOR

4.1. Banco Administrador

4.1.1. O Banco Administrador aceita, neste ato, os deveres, encargos e obrigações previstos neste Contrato e concorda em atuar exclusivamente de acordo com os termos aqui previstos, incluindo, sem limitação, no que se refere à abertura, manutenção, controle e movimentação da Conta de Liquidação.

4.1.2. Para o atendimento das obrigações aqui previstas, o Banco Administrador fica desde já autorizado pela SPE a acatar e cumprir as instruções dadas pelo Agente Fiduciário nas circunstâncias em que este tiver o direito ou a obrigação de dar instruções ao Banco Administrador, nos termos desde Contrato, observado o disposto no item 3.10. acima.

4.2. Remuneração dos Serviços Prestados pelo Banco Administrador

4.2.1. A SPE pagará, mensalmente, observado o prazo de vigência do presente Contrato, ao Banco Administrador o valor correspondente a R\$200,00 (duzentos reais), referente à implantação da conta de liquidação, no ato da assinatura deste contrato.

4.2.2. A SPE arcará, ainda, com todas as tarifas e despesas cobradas pelo Banco Administrador para a manutenção e movimentação da Conta de Liquidação, bem como o reembolso por todos os custos incorridos em razão da prestação dos serviços descritos neste Contrato, desde que previamente aprovados pela SPE e comprovados pelo Banco Administrador.

4.2.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida pelos serviços prestados nos termos deste Contrato, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados "pro rata die", e multa de 2% (dois por cento) sobre o débito corrigido monetariamente pela variação do IGP-M/FGV.



M

4.3. Obrigações do Banco Administrador

4.3.1. Sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas neste Contrato, o Banco Administrador compromete-se expressamente a cumprir todas as obrigações previstas no presente Contrato, incluindo as seguintes:

(i) receber o depósito de valores na Conta de Liquidação, atender as ordens de transferência de recursos previstas neste Contrato e cumprir com os seus deveres e encargos relacionados à manutenção da Conta de Liquidação;

(ii) realizar as comunicações e notificações previstas neste Contrato, na forma e prazos estabelecidos neste Contrato;

(iii) nos termos do item 3.9.2 acima: (1) disponibilizar para o Agente Fiduciário o acesso eletrônico às informações da Conta de Liquidação, por meio do sistema Bankline; e (2) fornecer ao Agente Fiduciário quaisquer informações referentes à Conta de Liquidação não disponibilizadas por meio do Bankline sempre que solicitadas e no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da respectiva solicitação. No caso de investimentos, o Banco Administrador encaminhará posição sempre que solicitado e até o 5º (quinto) dia útil subsequente, relativamente ao mês imediatamente anterior.

(iv) informar imediatamente ao Agente Fiduciário o descumprimento, por parte da SPE, de qualquer dos termos do presente Contrato ou dos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;

(v) não acatar, sem a anuência por escrito do Agente Fiduciário, ordem da SPE em desconformidade com o presente Contrato e, no que se refere à cessão fiduciária da Conta de Liquidação e dos recursos nela depositados, em desacordo com o Contrato de Cessão Fiduciária; e

(vi) enviar para a SPE toda e qualquer notificação recebida do Agente Fiduciário.

4.4. Ação Corretiva

4.4.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário verificar que tenham sido efetuados transferências, aplicações, pagamentos ou quaisquer outras movimentações em relação à Conta de Liquidação em desacordo com este Contrato, com o Contrato de Cessão Fiduciária ou com a Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá (i) notificar imediatamente tal fato ao Banco Administrador e à SPE; e (iii) tomar imediatamente todas as providências que se façam necessárias para regularizar as movimentações realizadas em relação à Conta de Liquidação em desacordo com este Contrato ou com a Escritura de Emissão.





4.4.2. Sem prejuízo do acima disposto, mediante o recebimento de notificação enviada pelo Agente Fiduciário nos termos do item 4.4.1. acima, a SPE deverá realizar todo e qualquer ato que se faça necessário, incluindo instruir o Banco Administrador para que as movimentações realizadas em relação à Conta de Liquidação em desacordo com este Contrato ou com a Escritura de Emissão sejam regularizadas.

4.5. Ausência de Responsabilidade

4.5.1. As Partes concordam que (i) é expressamente vedado ao Banco Administrador atuar de forma diversa à estabelecida neste Contrato, no Contrato de Cessão Fiduciária e na Escritura de Emissão; e (ii) exceto conforme expressamente disposto neste Contrato, nada constante neste Contrato deverá ser interpretado como imposição de uma obrigação de o Banco Administrador fornecer, adiantar, emprestar ou disponibilizar fundos ou recursos às demais Partes, nem de realizar quaisquer adiantamentos ou pagamentos, com a finalidade de garantir, com recursos próprios, a existência de fundos na Conta de Liquidação.

4.6. Substituição do Banco Administrador

4.6.1. O Banco Administrador somente poderá afastar-se da condição de responsável pela manutenção da Conta de Liquidação, nos termos deste Contrato, mediante notificação prévia e por escrito com antecedência de, pelo menos, 90 (noventa) dias, enviada simultaneamente aos titulares de Debêntures, à SPE e ao Agente Fiduciário.

4.6.2. A SPE obriga-se a, de acordo com indicação do Agente Fiduciário, tomar todas as providências necessárias para contratar um banco depositário sucessor em termos e condições satisfatórios ao Agente Fiduciário, devendo o Agente Fiduciário indicar banco depositário sucessor no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação mencionada no item 4.6.1. acima.

4.6.3. O Agente Fiduciário poderá, a qualquer tempo, determinar a substituição do Banco Administrador, desde que haja anuência de Debenturistas representando mais de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures, mediante aviso prévio às Partes, por escrito, com no mínimo 30 (trinta) dias úteis de antecedência.

4.6.4. Em qualquer hipótese de substituição do Banco Administrador, este continuará obrigado a exercer suas funções decorrentes do presente Contrato até a data de sua efetiva substituição, ocasião em que deverá entregar ao seu substituto a administração de todos os valores depositados na Conta de Liquidação, devendo fornecer as partes as informações que lhe forem solicitadas, sem prejuízo das demais responsabilidades cabíveis, ficando ainda obrigado a praticar todos os atos e assinar os documentos necessários à transferência e encerramento de suas atividades.

4.7. Reivindicações feitas pelo Banco Administrador

4.7.1. O Banco Administrador renuncia expressamente neste ato, de forma irrevogável e irretirável, a qualquer direito que eventualmente tenha de reivindicação, compensação, reconvenção ou combinação de contas ou qualquer outro direito similar que possa eventualmente ter, em decorrência de sua condição de banco depositário, com relação à Conta de Liquidação, ou ao valor de qualquer depósito junto à Conta de Liquidação, ou a quaisquer juros eventualmente acumulados aplicáveis aos valores depositados na Conta de Liquidação.

CLÁUSULA V. DAS DECLARAÇÕES

5.1. Declarações da SPE

5.1.1. A SPE declara às demais Partes que:

- (i) é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis do Brasil;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração deste Contrato e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) a celebração deste Contrato e o cumprimento de suas obrigações previstas neste Contrato não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (i) qualquer contrato ou documento no qual seja parte ou pelo qual quaisquer bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral;
- (v) o presente Contrato constitui obrigação válida e exequível em conformidade com seus termos;
- (vi) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso sobre os seus negócios ou suas obrigações nos termos deste Contrato;





prazos estabelecidos neste Contrato.

(vi) cumprirá com todos os seus deveres e obrigações estabelecidos neste Contrato, nas formas e

e adverso sobre os seus negócios ou suas obrigações nos termos deste Contrato; e arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial

(v) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou

(iv) o presente Contrato constitui obrigação válida e exequível em conformidade com seus termos;

legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor; para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes (iiii) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados

satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto; necessárias à celebração deste Contrato e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido

(iii) esta devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias,

(i) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis do Brasil;

6.2.1. O Agente Fiduciário declara às demais Partes que:

6.2. Declarações do Agente Fiduciário

(x) cumprirá com todos os seus deveres e obrigações estabelecidos neste Contrato, nas formas e prazos estabelecidos neste Contrato.

Contrato de Cessão Fiduciária; e Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária e das procurações outorgadas de acordo com o nem assinou qualquer outro instrumento ou contrato com relação à Conta de Liquidação, com exceção da poderes nelas expressos, e a SPE não outorgou qualquer outra procuração ou documento semelhante, exequíveis de acordo com seus termos e conferem ao Agente Fiduciário e ao Banco Administrador os (ix) as autorizações e procurações outorgadas pela SPE, nos termos deste Contrato, são válidas e

permanecerão livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, gravames ou restrições; (viii) os seus direitos com relação recursos depositados na Conta de Liquidação estão e

termos deste Contrato; (vii) não é parte nem tem conhecimento de que poderá tornar-se parte de qualquer processo judicial, arbitral ou administrativo que, se julgado de maneira contrária, resultaria em responsabilidade que pudesse causar um efeito adverso relevante sobre os seus negócios ou suas obrigações assumidas nos

6.3. Declarações do Banco Administrador

6.3.1. O Banco Administrador declara às demais Partes que:

- (i) é uma instituição financeira regularmente constituída de acordo com as leis do Brasil;
- (ii) está devidamente autorizado a celebrar este Contrato e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- (iv) o presente Contrato constitui obrigação válida e exequível em conformidade com seus termos; e
- (v) cumprirá com todos os seus deveres e obrigações estabelecidos neste Contrato, nas formas e prazos estabelecidos neste Contrato.

CLÁUSULA VI. DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER

6.1. Obrigações de Fazer da SPE

6.1.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Contrato, a SPE obriga-se a:

- (i) às suas expensas, celebrar ou fazer com que sejam celebrados os instrumentos que venham a ser razoavelmente solicitados pelo Agente Fiduciário, para o aperfeiçoamento ou proteção das obrigações previstas neste Contrato ou para permitir sua execução, assegurar a legalidade, validade, exequibilidade e força probatória do presente;
- (iii) proteger, defender e resguardar os valores depositados na Conta de Liquidação contra todos e quaisquer pleitos ou ações, judiciais e/ou extrajudiciais;
- (iiii) sem prejuízo do disposto acima, informar o Agente Fiduciário, por escrito, prontamente após tomar conhecimento da ocorrência, de qualquer ato, fato, evento ou controvérsia que razoavelmente possa afetar os direitos e obrigações pactuados neste Contrato;
- (iv) não realizar qualquer ato que implique em movimentação ou tentativa de transferência de recursos da Conta de Liquidação em desacordo com o disposto neste Contrato;



- (v) cumprir com todos os seus deveres e obrigações estabelecidos neste Contrato, nas formas e prazos estabelecidos neste Contrato; e
- (vi) praticar todos os atos necessários para manter a validade e a eficácia do presente Contrato.

6.2. Obrigações de Fazer do Banco Administrador

6.2.1. Sem prejuízo das demais obrigações do Banco Administrador previstas neste Contrato, o Banco Administrador concorda em:

- (i) obter e observar em todos os seus aspectos relevantes, e manter em vigor (ou, quando apropriado, imediatamente renovar) todas as licenças, aprovações e/ou consentimentos perante todos os órgãos e/ou autoridades governamentais, conforme requerido pela lei brasileira, necessários para cumprir com as suas obrigações decorrentes deste Contrato;

- (ii) informar o Agente Fiduciário, por escrito, prontamente após tomar conhecimento da ocorrência, de qualquer ato, fato, evento ou contravensão que razoavelmente possa afetar os direitos e obrigações pactuados neste Contrato;

- (iii) praticar todos os atos necessários para manter a validade e a eficácia do presente Contrato;

- (iv) cumprir com todos os seus deveres e obrigações estabelecidos neste Contrato, nas formas e prazos estabelecidos neste Contrato;

- (v) não encerrar nem permitir que a SPE encerre a Conta de Liquidação, sem a expressa autorização do Agente Fiduciário;

- (vi) não autorizar qualquer movimentação da Conta de Liquidação em desconformidade com o presente Contrato, com o Contrato de Cessão Fiduciária ou com a Escritura de Emissão, exceto na hipótese de ordem judicial, mandamento legal ou regulamentar provenientes de órgãos governamentais, que venha ser emanado posteriormente à celebração do presente Contrato.

6.3. Obrigações de Fazer do Agente Fiduciário

6.3.1. Sem prejuízo das demais obrigações do Agente Fiduciário previstas neste Contrato, o Agente Fiduciário concorda em:

- (i) obter, observar em todos os seus aspectos relevantes e manter em vigor (ou, quando apropriado, imediatamente renovar) todas as licenças, aprovações e/ou consentimentos perante todos os órgãos e/ou



autoridades governamentais, conforme requerido pela lei brasileira, necessários para cumprir com as suas obrigações decorrentes deste Contrato;

(ii) informar a SPE e os titulares de Debêntures, por escrito, prontamente após tomar conhecimento da ocorrência, de qualquer ato, fato, evento ou controvérsia que razoavelmente possa afetar os direitos e obrigações pactuados neste Contrato;

(iii) informar a SPE e os titulares de Debêntures, sobre os detalhes de qualquer litígio, arbitragem ou processo administrativo iniciado, pendente ou (até onde seja do seu conhecimento) iminente contra si, que cause ou que se espere razoavelmente que possa causar um efeito adverso relevante no cumprimento das suas obrigações previstas neste Contrato;

(iv) cumprir com todos os seus deveres e obrigações estabelecidos neste Contrato, nas formas e prazos estabelecidos neste Contrato, inclusive, mas não se limitando, no que diz respeito às apurações de valores, notificações e ordens referentes às movimentações de recursos da Conta de Liquidação nos termos deste Contrato; e

(v) praticar todos os atos necessários para manter a validade e a eficácia do presente Contrato.

CLÁUSULA VII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Cessão

7.1.1. Fica assegurado ao Agente Fiduciário o direito de, a qualquer tempo, transferir, total ou parcialmente, os direitos oriundos deste Contrato ou sua posição contratual neste Contrato, observados os termos e condições da Escritura de Emissão, devendo comunicar à SPE e ao Banco Administrador referida transferência, por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis. Por outro lado, a SPE e o Banco Administrador não poderão ceder seus direitos e obrigações contratuais decorrentes deste Contrato sem a prévia autorização por escrito do Agente Fiduciário.

7.1.2. Este Contrato vincula as Partes e seus sucessores a qualquer título.

7.2. Prazo de Vigência

7.2.1. O presente Contrato permanecerá válido até: (i) todas as Condições Precedentes descritas na Escritura de Emissão terem sido cumpridas e os recursos oriundos da integralização das Debêntures depositados na Conta de Liquidação terem sido liberados à SPE pelo Agente Fiduciário desde que com integral observância do procedimento para tanto previsto na Escritura de Emissão; ou (ii) até a final liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas em virtude da realização do Resgate



Obrigatório, caso as Condições Precedentes não sejam cumpridas no prazo previsto na Escritura de Emissão.

7.2.2. Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido pelo Agente Fiduciário ou pelo Banco Administrador, sem necessidade de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, no caso de (i) descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas não sanado no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que for verificada a violação, (ii) decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime de administração especial temporária, recuperação judicial ou extrajudicial de créditos ou falência do Agente Fiduciário ou do Banco Administrador, conforme o caso.

7.2.3. Na hipótese de rescisão do presente Contrato, estará o Banco Administrador obrigado a, de acordo com orientação do Agente Fiduciário, proceder à devida transferência de suas atribuições, direitos e prerrogativas decorrentes da prestação de serviços objeto deste Contrato, ficando obrigado a praticar todos os atos e assinar os documentos necessários à transferência e encerramento de suas atividades.

7.2.4. Em qualquer hipótese de rescisão, o Agente Fiduciário se obriga a fornecer para o Banco Administrador as informações necessárias à transferência dos valores para uma conta da SPE (tais como nome do banco, número da conta e identificação do depósito), com idênticas características às da Conta de Liquidação regulada pelo presente Contrato, sendo inadmitida sua livre movimentação pela SPE.

7.2.5. Na data de extinção deste contrato, a Conta de Liquidação entrará em regime de encerramento nos termos da regulamentação em vigor, e uma vez concluído o regime de encerramento, a conta de Liquidação será automaticamente encerrada, ficando o Banco Administrador desde já autorizado a tomar todas as providências necessárias.

7.3. Independência entre as Cláusulas

7.3.1. Caso qualquer das disposições deste Contrato venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

7.3.2. Em caso de dúvida entre as disposições deste Contrato e aquelas da Escritura de Emissão, prevalecerão as disposições da Escritura de Emissão.

7.3.3. Em caso de conflito entre as informações prestadas ao Banco Administrador pela SPE e as informações prestadas ao Banco Administrador pelo Agente Fiduciário, estas prevalecerão.



7.4. Execução Específica

7.4.1. O presente Contrato constitui título executivo extrajudicial, nos termos do Código de Processo Civil, e as obrigações aqui contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com o Código de Processo Civil, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato, do Contrato de Cessão Fiduciária e da Escritura de Emissão.

7.5. Ausência de Renúncia

7.5.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente Contrato. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou tolerância no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas Partes ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

7.6. Notificações

7.6.1. As comunicações referentes a este Contrato que tiverem por objetivo a transferência de valores somente poderão ser efetuadas e serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios nos endereços abaixo. As demais comunicações poderão ser feitas por fac-símile ou correio eletrônico e serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado.

Para a Companhia:

TF Têxtil Participações S.A.

Avenida. Papa João Paulo I, 5.235 – Bonsucesso –
Guarulhos – SP – CEP 07170-350

At.: Nelson Falcone Pereira

Telefone: 11 3598-2097

Fac-símile: 11 3598-2099

Correio Eletrônico: nelson.falcone@trfil.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 10º andar – Itaim Bibi
CEP: 04538-132
São Paulo – SP



[Handwritten signatures and initials]

At.: Viviane Rodrigues

Telefone: (11) 2172-2628

Fac-símile: (11) 3078-7264

Correio Eletrônico: vrodrigues@plannercorretora.com.br

Para o Banco Administrador:

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2235 - 27º andar

São Paulo - SP

At.: Enzo Pierobom

Telefone: 11- 3553.5026

Correio Eletrônico: enzo.pierobom@santander.com.br

7.7. Aditamentos

7.7.1. O presente Contrato e suas disposições apenas serão modificados ou aditados com o consentimento expresso e por escrito de todas as Partes, atuando por seus representantes legais ou procuradores devidamente autorizados.

7.8. Confidencialidade

7.8.1. As partes, seus dirigentes, colaboradores e representantes, a qualquer título, manterão sigilo a respeito de todas as informações a que tiverem acesso em decorrência deste contrato ("INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS"), durante a sua execução e após o seu encerramento.

7.8.2. São consideradas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, para os fins deste contrato, todos os documentos, informações gerais, comerciais, operacionais ou outros dados privativos das partes, de seus clientes e de pessoas ou entidades com as quais mantenham relacionamento, excetuadas apenas aquelas que (i) sejam ou se tornem de domínio público sem a interferência de qualquer parte; e (ii) sejam de conhecimento de qualquer parte ou de seus representantes antes do início das negociações que resultaram neste contrato.

7.8.3. As partes somente poderão revelar a terceiros INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS mediante prévia autorização escrita da parte proprietária da informação, exceto nos casos (1) dos Debituristas, tais quais definidos na Escritura de Emissão, aos quais o Agente Fiduciário está autorizado a conceder acesso amplo e irrestrito a todas as informações que lhe sejam disponibilizadas no âmbito deste Contrato; e (2) de determinação de autoridade pública ou em decorrência de ordem judicial, hipóteses em que procederão como segue: (i) imediatamente dará notícia à parte proprietária das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS a respeito da ordem da autoridade pública ou do juiz, exceto se da intimação constar vedação nesse sentido; e (ii) prestará todas as informações e subsídios que possam ser necessários



para que o titular das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, a seu critério, possa defender-se contra a divulgação de qualquer informação confidencial.

7.8.4. Além de constituir infração contratual, a violação do dever de confidencialidade, inclusive aquela cometida por seus funcionários, dirigentes e representantes a qualquer título, obriga a Parte infratora ao pagamento de indenização pelos prejuízos causados à Parte proprietária da informação, sem prejuízo de continuar cumprindo, no que cabível, o dever de confidencialidade.

7.9. Outras Disposições

7.9.1. O Banco Administrador não está obrigado a verificar a veracidade da notificação que lhe for entregue e não será, de nenhuma forma, responsabilizado por eventuais fatos danosos dela decorrentes

7.9.2. O Banco Administrador não será responsável se os valores depositados na Conta de Liquidação forem bloqueados por ordem administrativa ou judicial, emitida por autoridade à qual o Banco Administrador esteja sujeito, entre outras, Banco Central do Brasil, Conselho Monetário Nacional e Secretaria da Receita Federal.

7.9.3. Este Contrato é firmado sem obrigação de exclusividade e as Partes não poderão usar ou associar serviços e produtos aos nomes e marcas um do outro, inclusive em editais e materiais publicitários, salvo mediante autorização prévia, por escrito, da parte detentora do nome ou marca que será utilizada.

7.9.4. O recolhimento dos tributos incidentes sobre esta contratação será realizado pela Parte definida como contribuinte pela legislação tributária, na forma nela estabelecida.

7.9.5. O Banco Administrador não terá nenhuma responsabilidade em relação às formalidades legais para a regular constituição de garantias.

10. Foro

Fica eleito, como foro competente para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste Contrato, o foro da comarca da capital, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que possa ser.

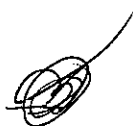
E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 05 de outubro de 2010

[assinaturas iniciam-se na página seguinte]



TM



[restante desta página intencionalmente deixado em branco]

TF TÊXTIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:





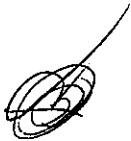




PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____



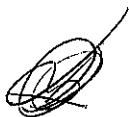

Testemunhas:

Nome: _____
RG.: _____
CPF/MF: _____

Nome: _____
RG.: _____
CPF/MF: _____







MJ

ANEXO I

CONTA DE LIQUIDAÇÃO

Titular	Conta	Agência	TF Têxtil Participações S.A.
	290021956	2271	
		Banco	Banco Santander (Brasil) S.A.





ANEXO III
Contrato de Alienação Fiduciária



55

74



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças ("Contrato"), as partes abaixo qualificadas:

(1) **TF Têxtil Participações S.A.**, sociedade por ações constituída sob as leis brasileiras, com sede na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 12º andar, parte, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.957.551/0001-64, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social por seus representantes legais ("SPE");

(2) **Pentágono S/A DTM**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200 – Bloco 4 – Sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de agente de garantias ("Agente de Garantias"), e representando o interesse dos titulares das Debêntures da Scalina (abaixo definido) ("Agente Fiduciário da Scalina" e "Debenturistas da Scalina", respectivamente); e

(3) **Planner Trustee DTM Ltda.**, sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, representando o interesse dos titulares das Debêntures da SPE (abaixo definido) ("Agente Fiduciário da SPE" e "Debenturistas da SPE", respectivamente).




E, na qualidade de interveniente anuente e sucessor da SPE no presente Contrato, respectivamente ("Interveniente Anuente"):

(1) **Scalina S.A.**, com sede na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, na Avenida Papa João Paulo I, nº 5.235, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.149.886/0001-24, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Scalina");

(2) **FIP Brasil de Internacionalização de Empresas – Fundo de Investimento em Participações**, fundo de investimento em participações, inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.760.191/0001-06 ("FIP Brasil") e **TFB Fundo de Investimento em Participações**, fundo de investimento em participações, inscrito no CNPJ/MF sob nº 12.376.082/0001-52, ambos com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2.235, Bloco A, CEP 04543-011, e neste ato representados por seu gestor Banco Santander (Brasil) S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 90.400.888/0001-42, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2.235, Bloco A, CEP 04543-011 ("TFB Fundo"), e, em conjunto com o FIP Brasil, "Fundos", na qualidade de sucessores da SPE pós incorporação (conforme abaixo definida), conforme disposto no item 2.5 abaixo.

Quando referidos em conjunto, o Agente Fiduciário da SPE e o Agente Fiduciário da Scalina, serão também denominados "Agentes Fiduciários".

ML



Quando referidos em conjunto, os Debenturistas da Scalina e os Debenturistas da SPE, serão também denominados "Debenturistas".

Quando referidos em conjunto, a SPE e o Fundos serão também denominados, em razão da incorporação (conforme abaixo definida), de "Alienante".

Quando referidos em conjunto, a SPE, o Agente de Garantia serão denominados em conjunto como "Partes" e, individual e indistintamente como "Parte".

(A) CONSIDERANDO QUE (i) a SPE, na qualidade de emissora, celebrou, em 05 de outubro de 2010, com o Agente Fiduciário da SPE e outros, o "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirógrafaria com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição de Colocação, da TF Têxtil Participações S.A." ("Escritura Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da TF Têxtil Participações S.A." ("Escritura da SPE"); e (ii) a Scalina celebrou, em 05 de outubro de 2010 com o Agente Fiduciário da Scalina e outros, o "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirógrafaria com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Scalina S.A." ("Escritura da Scalina" e, em conjunto com a Escritura da SPE, as "Escrituras"); e

(B) CONSIDERANDO QUE, nos termos das Escrituras, as Ações (conforme abaixo definido) devem ser alienadas fiduciariamente aos Agentes Fiduciários, em garantia do pagamento integral de todas as Obrigações Garantidas (conforme abaixo definido),

Têm entre si, certo e ajustado, celebrar o presente instrumento ("Contrato"), nos seguintes termos e condições:

1 DEFINIÇÕES e OBJETO

1.1 Definições. Exceto se diversamente aqui disposto, palavras ou expressões em maiúsculas, aqui utilizadas, terão o seu significado atribuído nas Escrituras.

1.2 Bens objeto do Contrato. É objeto deste Contrato a Alienação Fiduciária da

Participação Societária (definida abaixo), a qual é, nesta data, de legítima propriedade e está na posse da SPE, a justo título, e, exceto pelo Acordo de Açãoistas celebrado entre a SPE, os Fundos, Ronaldo Daniel Heilberg e Bruno Sérgio Heilberg e, na qualidade de intervenientes-anuentes, pela Scalina e pela Itabuna (conforme abaixo definida), em 27 de agosto de 2010 ("Acordo de Açãoistas"), livre e desembaracada de quaisquer ônus, gravames, direitos e opções, compromisso à venda, outorga de opção, fideicomisso, uso, usufruto, cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, preferência ou prioridade, garantias reais ou fidejussórias, e quaisquer feitos ajuizados, fundados em ações

MJ




reais ou pessoais reipersecutórias, tributos (federais, estaduais ou municipais), de qualquer natureza, inclusive por atos involuntários (em conjunto, "Ônus" e o verbo correlato "Onerar").

2 OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

2.1

Sumário das 1ª emissão de debêntures da SPE. A primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária com garantia adicional real e fidejussória, em série única, de emissão da SPE, no montante total de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), na Data de Emissão das Debêntures da SPE (abaixo definida), a serem colocadas publicamente, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Debêntures da SPE", "Oferta Restrita da SPE" e "Instrução CVM 476", respectivamente), conta com as seguintes principais características, que sumarizam os termos da Escritura da SPE ("Emissão da SPE"):

- (i) quantidade: serão emitidas 10 (dez) Debêntures da SPE;
- (ii) espécie: nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, as Debêntures da SPE são da espécie quirogratária;
- (iii) forma: nominativa e escritural;

- (iv) valor nominal unitário: R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário", na Data de Emissão (abaixo definido));
- (v) número de séries: A Debêntures da SPE serão emitidas em série única;

- (vi) data da emissão: 11 de outubro de 2010 ("Data de Emissão das Debêntures da SPE");
- (vii) vencimento: até 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão das Debêntures da SPE ("Data de Vencimento das Debêntures da SPE"),

- ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado e Vencimento Antecipado, conforme definidas na Escritura de Emissão;
- (viii) pagamento de juros: pagamento de juros semestrais;

- (ix) amortização do principal: 8 (oito) amortizações iguais, semestrais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 11 de março de 2012

(até esta data não haverá amortização do principal, apenas pagamento dos juros, conforme item "pagamento de juros" acima);

(x) cláusula penal: a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, acrescida das eventuais despesas incorridas para cobrança;

(xi) vencimento antecipado: as hipóteses de Vencimento Antecipado são aquelas previstas no item 4.11. da Escritura da SPE.;

(xii) resgate antecipado: as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo e Obrigatório são aquelas previstas nos itens 4.9.4.2 e 4.10 da Escritura de Emissão; e

(xiii) remuneração: as Debêntures da SPE farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, equivalentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra-grupo, acrescida de um *spread* (ou sobre taxa) de 2,4% a.a., base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CDI").

2.1.1. As demais características, condições e direitos da Emissão da SPE, da Oferta Restrita da SPE e das Debêntures da SPE estão estabelecidos na Escritura da SPE.

2.2

Sumário da 1ª emissão de debêntures da Scalina. A primeira emissão das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, da Scalina, é de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), na Data de Emissão das Debêntures da Scalina (abaixo definida), a serem colocadas publicamente, com esforços de distribuição, nos termos Instrução CVM 476 ("Debêntures da Scalina" e, em conjunto com as Debêntures da SPE, as "Debêntures"), conta com as seguintes principais características, que resumizam os termos da Escritura da Scalina ("Emissão da Scalina" e, conjunto com as Debêntures da SPE, as "Emissões"):

i. quantidade: serão emitidas 80 (dez) Debêntures da Scalina;

ii. espécie: nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, AS Debêntures da SPE são da espécie quirogratária;

iii. forma: nominativa e escritural;



8

- iv. valor nominal unitário: R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário", na Data de Emissão (abaixo definido);
- v. número de séries: A Debêntures da Scalina serão emitidas em série única;
- vi. data da emissão: 11 de outubro de 2010 ("Data de Emissão das Debêntures da SPE");
- vii. vencimento: até 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão das Debêntures da SPE, ("Data de Vencimento das Debêntures da SPE"), ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado e Vencimento Antecipado, conforme definidas na Escritura de Emissão;
- viii. pagamento de juros: pagamento de juros semestrais;
- ix. amortização do principal: 8 (oito) amortizações iguais, semestrais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 11 de março de 2012 (até esta data não haverá amortização do principal, apenas pagamento dos juros, conforme item "pagamento de juros" acima);
- x. cláusula penal: a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, acrescida das eventuais despesas incorridas para cobrança;
- xi. vencimento antecipado: as hipóteses de Vencimento Antecipado são aquelas previstas no item 4.11. da Escritura da Scalina;
- xii. resgate antecipado: as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo são aquelas previstas nos itens 4.9.4.2 e 4.10 da Escritura da Scalina; e
- xiii. remuneração: as Debêntures da Scalina farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, equivalentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra-grupo, acrescida de um *spread* (ou sobre taxa) de 2,4% a.a., base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CDI").
- 2.2.1. As demais características, condições e direitos da Emissão da Scalina, da Oferta Restrita da Scalina e das Debêntures da Scalina estão estabelecidos na Escritura da Scalina.



MJ

2.3 Obrigações garantidas. Esta Alienação Fiduciária de Participação Societária (definida abaixo) garantirá o cumprimento integral, pela SPE e pela Scalina, de toda e qualquer obrigação derivada das Emissões e das Escrituras, inclusive, mas não se limitando, os valores devidos, seja decorrente das Escrituras, deste Contrato e dos demais Documentos de Garantia (abaixo definidos), e/ou da legislação aplicável, em caso de (i) inadimplemento, total ou parcial das Debêntures, conforme disposto nas Escrituras, no presente Contrato e/ou nos Documentos de Garantia (abaixo definidos), (ii) vencimento antecipado, de todo e qualquer montante de Valor Nominal das Debêntures, Remuneração das Debêntures, encargos ordinários e/ou de mora; (iii) qualquer despesa para a consolidação de propriedade em nome dos Debenturistas, inclusive emolumentos e as de publicação, (iv) qualquer custo ou despesa incorrido pelos Agentes Fiduciários ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, das Escrituras, do presente Contrato e/ou dos Documentos de Garantia (abaixo definidos) e (v) inadimplemento no pagamento ou reembolso de qualquer outro montante devido e não pago, relacionado com as Emissões (em conjunto, as "Obrigações Garantidas").

2.4 Agente de Garantia. Os poderes, pretensões e faculdades atribuídas, ao Agente de Garantia, neste Contrato, e nos demais Documentos de Garantia (abaixo definidos), poderão ser exercidos direta e conjuntamente pelos Debenturistas, após deliberação em assembleia, conforme procedimentos estabelecidos nas Escrituras, caso o Agente de Garantia não os exerça, retarde em exercê-los, ou exerça-os em desconformidade, total ou parcial, com este Contrato, as Escrituras e os demais Documentos de Garantia (abaixo definidos).

2.5 Incorporação da SPE. A SPE será incorporada, sujeito a certas condições precedentes, as quais incluem, mas não se limitam (i) a aprovação, por unanimidade, dos quotistas do FIP Brasil e do TFB Fundo Reunidos, respectivamente, em Assembleia Geral de Quotistas, bem como o envio das respectivas atas ao Agente de Garantia e aos Agentes Fiduciários e (ii) a obtenção pelos referidos fundos de dispensa do Colegiado da CVM quanto ao cumprimento do disposto no artigo 35, inciso III, da Instrução 391 de 16 de julho de 2003, bem como o envio, ao Agente de Garantia e aos Agentes Fiduciários, do respectivo ofício da CVM nesse sentido, pela Scalina que irá lhe suceder em todos seus direitos e obrigações, inclusive os previstos nas Escrituras. Consequentemente, as Ações passarão a ser detidas pelos Fundos, livres de quaisquer Ônus, exceto pela presente alienação fiduciária. De acordo com o artigo 227 da Lei 6.404/76, conforme alterada, a Alienação Fiduciária da Participação Societária aqui prevista

M



S

será mantida em vigor nos seus exatos termos e condições pelos Fundos, conforme cláusula 3.1.1., alínea (i), abaixo.

3 CONSTITUIÇÃO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

3.1

Garantia. Em garantia das Obrigações Garantidas, por este Contrato e na melhor forma de direito, a Alienante, conforme o caso, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada ("Lei nº 4.728/65"), do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, conforme alterado ("Decreto nº 911/69"), da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e do artigo 40, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), aliena fiduciariamente, em garantia, a propriedade fiduciária e a posse indireta da Participação Societária (abaixo definida) em favor dos Debituristas, representados pelos Agentes Fiduciários ("Alienação Fiduciária de Participação Societária").

3.1.1 Para os fins deste Contrato:

(i) "Participação Societária", objeto desta alienação fiduciária, significa:

(a) 2.991.180 (dois milhões, novecentos e noventa e um mil, cento e oitenta) ações de emissão da Scalina, totalmente integralizadas, correspondentes, nesta data, a 51% (cinquenta e um por cento) de seu capital social total e votante, de propriedade da SPE, observada a hipótese da Incorporação ("Ações");

(b) quaisquer ações emitidas em substituição ou complemento às Ações, incluindo em razão de qualquer (1) desdobramento e/ou agrupamento, (2) bonificação ou (3) qualquer reorganização societária que envolva a Alienante, a SPE, a Scalina e/ou quaisquer de suas respectivas partes relacionadas, não proibida neste Contrato, nos termos das Escrituras e dos Documentos de Garantia;

(c) quaisquer ações recebidas em razão da emissão de novas ações da Scalina em aumento de capital ou qualquer operação similar que possa diluir a Participação Societária,

de modo a sempre manter a Participação Societária representando ao menos 51% (cinquenta e um por cento) do capital social total e votante da Scallina; e

(d) todos os direitos relativos às Ações, inclusive as novas ações emitidas nos termos das alíneas anteriores e o direito ao recebimento de (1) Participação no Resultado (abaixo definida); e (2) outras distribuições em dinheiro, ações ou qualquer outra forma, pagas aos sócios da Scallina nos termos do Código Civil e/ou da Lei das Sociedades por Ações, inclusive em razão de qualquer reorganização societária, não proibida neste Contrato, nos termos das Escrituras e dos Documentos de Garantia (abaixo definido);

(ii) Para fins desse Contrato, "Participação no Resultado" significa dividendos, lucros, juros sobre capital próprio, resgate, amortização ou qualquer participação no resultado de qualquer pessoa, física ou jurídica, distribuída aos seus sócios, acionistas, associados, quotistas, proprietários ou titulares de participação societária em questão, conforme o caso.

3.1.2 A Participação Societária objeto de garantia fiduciária das Obrigações Garantidas é proporcional ao valor de cada uma das Emissões e corresponde, nesta data, a 2.991.180 (dois milhões, novecentas e noventa e uma mil e cento e oitenta) Ações, observado o disposto nas alíneas do item 3.1.1 acima, sendo que para a Emissão da SPE serão alienadas fiduciariamente 351.904 (trezentas e cinquenta e uma mil, novecentas e quatro) Ações, representativas de 6% (seis por cento) do capital social da Scallina e para a Emissão da Scallina serão alienadas fiduciariamente 2.639.276 (dois milhões, seiscentas e trinta e nove mil, duzentas e setenta e sete) Ações, representativas de 45% (quarenta e cinco por cento) do capital social da Scallina.

3.1.3 Caso, na data de pagamento de qualquer Participação no Resultado, inexistir (i) valor devido e não pago no âmbito das Obrigações Garantidas; (ii) qualquer inadimplemento financeiro no âmbito deste Contrato, da Escritura e nos demais Documentos de Garantia; ou (iii) declaração de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, o valor será transferido à Alienante, conforme o caso, de acordo com os termos e condições das Escrituras.

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

3.1.4 Caberá exclusivamente à Alienante, conforme o caso, até eventual Excusão (abaixo definida) da Participação Societária determinado pelo júízo competente, o respectivo exercício do direito de voto, observado o seguinte:

- (i) No exercício deste direito, a Alienante, conforme o caso, se obriga a: (i) cumprir com o estatuto social da Scalina e a legislação aplicável; (ii) não prejudicar os direitos e prerrogativas dos Debenturistas, o pagamento e cumprimento integrais das Obrigações Garantidas e a Alienação Fiduciária de Participação Societária aqui constituída; e (iii) não aprovar e/ou realizar qualquer (a) ato em desacordo com o disposto neste Contrato, nas Escrituras e nos demais Documentos de Garantia, e (b) alteração nos direitos conferidos à Participação Societária.

- (iii) As seguintes matérias dependerão de aprovação prévia, por escrito, dos Debenturistas, em assembleia geral convocada para esse fim:

- (a) Alteração do estatuto social da Scalina com relação a: (1) atividade principal de seu objeto social; (2) duração; (3) liquidação e dissolução; (4) aos direitos e vantagens atribuídos à Participação Societária; (4) ao desdobramento ou grupamento de ações ou redução do capital social; (6) sua política de distribuição de lucros e dividendos; e (7) emissão de novas ações ou valores mobiliários pela Scalina ou qualquer tipo de reorganização societária em seu grupo, envolvendo ou não suas coligadas, que possa de qualquer forma diluir a Participação Societária ora alienada fiduciariamente em garantia;

- (b) Resgate de ações da Scalina;

- (c) Dissolução, liquidação ou extinção da Scalina;

- (d) Reorganização societária da Scalina, com exceção da incorporação;

- (e) Realização, pela Scalina, ou autorização para qualquer ato ou fato cujos termos e efeitos sejam contrários a este Contrato, às Escrituras, ou aos demais Documentos de Garantia; e



8

MJ

anuir com a recuperaçao judicial ou extra-judicial, falencia ou liquidacao da Scalina.

3.2. Garantias adicionais. Sem prejuízo do disposto acima, as Obrigações Garantidas serão também garantidas por meio de: (1) garantia fidejussória, prestada (i) para a Emissão da SPE, (a) pela Scallina, (b) pela Itabuna Têxtil S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Itabuna, Estado da Bahia, na Rodovia Itabuna/Ibicaraí, km. 04, nº 4.530, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.933.349/0001-49 ("Itabuna"); (c) pela TFS Franchising Ltda., sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, inscrita na Avenida Papa João Paulo I, nº 5.235, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.486.534/0001-44 ("TFS") e (d) pela TFL Comércio de Roupas e Acessórios Ltda., sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, na Avenida Papa João Paulo I, nº 3.903, Loja 2, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.715.526/0001-74; e (ii) para a Emissão da Scallina pela Itabuna, TFS e TFL, nos termos das Escrituras ("Itabuna"); e (2) para a Emissão da SPE, especificamente, cessão fiduciária dos direitos sobre a Conta Vinculada (*escrow account*), mantida no Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Depositário"), de acordo com o Contrato de Administração de Conta de Liquidação, celebrado em 05 de outubro de 2010, entre a SPE, o Agente Fiduciário da SPE e o Banco Depositário, não movimentável que será a única conta designada para receber os recursos da liquidação financeira das Debêntures da SPE, conforme o Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado em 05 de outubro de 2010, entre a SPE, o Agente Fiduciário da SPE e o Banco Depositário, e, em conjunto com a Fiança e com a Alienação Fiduciária de Participação Societária, "Garantias" as Garantias terão seus termos e condições estabelecidos nos respectivos "Documentos de Garantias").

3.3 Aperfeiçoamento da Alienação Fiduciária de Participação Societária. A Alienante, conforme o caso, obriga-se, desde já, às suas expensas, a:

(i) na data de assinatura deste Contrato, e no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de assinatura de qualquer aditamento;

(a) apresentar, ao Agente de Garantia, com cópia ao Agente Fiduciário

apresentar, ao Agente de Garantia, com cópia ao Agente Fiduciário da SPE, comprovação, por meio de cópia autenticada, de que a Scalina averbou em seu livro de registro de ações a seguinte anotação, ou de que instruiu e obteve do agente escriturador das ações tal averbação: "2.991.180 (dois milhões, novecentos e noventa e um mil, cento e oitenta) ações ordinárias da companhia de propriedade deste acionista, bem como seus direitos, exceto os

de propriedade deste acionista, bem como seus direitos, exceto os



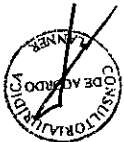
direitos de voto, foram alienados fiduciariamente em favor dos devedores da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografa com garantia adicional real e fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da TF Têxtil Participações S.A. e da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografa com garantia adicional real e fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Scalina S.A., em garantia das Obrigações Garantidas, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças, datado de 05 de outubro de 2010.”;

- (b) arquivar este Contrato e seus aditamentos nas sedes da Alienante, conforme o caso, e da Scalina; e
- (c) comprovar o cumprimento do disposto nas alíneas acima ao Agente de Garantia.

(iii) no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de assinatura de qualquer aditamento, comprovar ao Agente de Garantia, com cópia ao Agente Fiduciário da SPE, que tais instrumentos estão devidamente registrados, mediante envio de cópia dos referidos aditamentos registrados, nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos das comarcas da sede da Alienante e da Scalina e, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data do efetivo registro, envio, ao Agente de Garantia, de uma via original devidamente registrada dos referidos aditamentos.

3.3.1. Sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Contrato, nas Escrituras, ou nos demais Documentos de Garantia, caso a Alienante, conforme o caso, não realize os registros ou averbações acima previstos, fica desde já o Agente de Garantia autorizado a procedê-los, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, conforme previsto na cláusula 7 abaixo, sendo que os custos incorridos serão suportados pela Alienante, que deverá reembolsar qualquer do Agente de Garantia que proceder o registro.

3.4. Propriedade e posse. Por força deste instrumento, a SPE, aliena aos Devedores, sem reserva alguma, a propriedade fiduciária e a posse indireta da Participação Societária, reservando-se a posse direta na forma da lei, e obrigando-se, por si e por seus sucessores,



Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature.

a fazer esta alienação fiduciária sempre boa, firme e valiosa, e a responder pela evicção de direito, na forma da lei.

3.4.1 Mediante os registros referidos na cláusula 3.3, estará constituída a propriedade fiduciária da Participação Societária em nome dos Debituristas, representados pelos Agentes Fiduciários, efetivando-se, assim, o desdobramento da posse da Participação Societária objeto da presente garantia fiduciária.

3.4.2. A propriedade fiduciária ora instituída somente será resolvida após o integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, com o que será alienada fiduciariamente aos Agentes Fiduciários, para garantir as obrigações da SPE e da Scalina nas respectivas Escrituras.

3.4.3 A propriedade fiduciária das Ações mencionada acima, somente será resolvida após o integral cumprimento de todas as obrigações das Escrituras, como o que retornará à Alienante, conforme o caso, a plena propriedade da Participação Societária.

4 OBRIGAÇÕES DA ALIENANTE

4.1 Obrigações da Alienante, conforme o caso. Além das demais obrigações previstas neste Contrato, nas Escrituras, nos demais Documentos de Garantia ou em lei, a Alienante, conforme o caso, obriga-se, até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, a:

(i) cumprir com o disposto nas Escrituras, neste Contrato, nos demais Documentos de Garantia e na legislação aplicável;

(ii) manter a Alienação Fiduciária de Participação Societária existente, válida, eficaz e em pleno vigor, sem qualquer Ônus, restrição ou condição, de acordo com os seus termos e com os termos das Escrituras e dos demais Documentos de Garantia;

(iii) reembolsar o Agente de Garantia ou os Debituristas, conforme o caso, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento de comunicação escrita neste sentido, por todos os custos e despesas incorridos com o registro deste Contrato nos termos dos itens 3.3. e 3.3.1. acima, desde que devidamente comprovados;



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

(iv) defender de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo de que tenha conhecimento e que possa, de qualquer forma, afetar ou alterar a Alienação Fiduciária de Participação Societária, bem como informar imediatamente ao Agente de Garantia sobre qualquer ato, ação, procedimento ou processo a que se refere este inciso, por meio de envio, aos Agentes Fiduciários, de relatórios descrevendo o ato, ação, procedimento e processo em questão e as medidas tomadas;

(v) não Alienar (abaixo definido), nem constituir qualquer Ônus sobre a Participação Societária; e

(vi) abster-se de praticar qualquer ato que, de qualquer forma, possa resultar ou resulte em um efeito adverso à presente Alienação Fiduciária de Participação Societária.

4.1.1 Para os fins do presente Contrato, por "Alienação" (bem como o verbo correlato "Alienar") entende-se qualquer operação que envolva, direta ou indiretamente, de forma voluntária ou involuntária, a venda, cessão, usufruto, alienação, transferência, contribuição, empréstimo, permuta, constituição de usufruto ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer título, direta ou indireta, parcial ou total, de quaisquer bens e direitos, ou dos respectivos poderes, pretensões, imunidades e faculdades, inclusive os derivados de propriedade, posse, uso ou fruição, por uma pessoa, física ou jurídica, a outra, inclusive por meio de controladas, coligadas, partes relacionadas e reorganização societária, exceto no caso da incorporação.

5 EXCUSÃO

5.1 Excussão. Nas hipóteses previstas na cláusula 7.1 deste Contrato, ou conforme previsto nos demais Documentos de Garantia, ou, ainda, em caso de não adimplemento das Obrigações Garantidas na Data de Vencimento, sem que tenham sido efetuados todos os pagamentos devidos aos Debituristas, nos termos das Escrituras, consolidar-se-á em favor dos Debituristas, por meio do Agente de Garantia, a propriedade plena da Participação Societária. Nesse caso, o Agente de Garantia poderá, a exclusivo critério dos Debituristas, excluir a Participação Societária, no todo, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, pelo preço e nas condições que de boa-fé, observados os critérios previstos neste Contrato, entender apropriados ("Excussão"). Para o fiel cumprimento do disposto anteriormente, o Agente de Garantia fica desde já autorizado pela Alienante, conforme o caso, em caráter irrevogável e irretratável, a Alienar a Participação



Handwritten initials and a signature.

Societária, devendo depositar todos os valores recebidos em conta a ser indicada pelos Debituristas.

5.1.1 A Excussão será realizada mediante leilão nos termos da Instrução CVM nº 168 de 23 de dezembro de 1991, conforme alterada.

5.1.2 Pelo presente Contrato e na melhor forma de direito, o Agente de Garantia está autorizado, ainda, em caráter irrevogável e irretratável, na qualidade de mandatário da Alienante, conforme o caso, a firmar, se necessário, quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários para a Excussão, observado o disposto neste Contrato. Para esse fim, são conferidos ao Agente de Garantia, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, todos os poderes assegurados pela legislação vigente, inclusive *ad iudicia* e *ad negotia*, além dos previstos no artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, no Decreto nº 911/69, no artigo 293 do Código Civil e demais disposições do Código Civil, e todas as faculdades previstas na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

5.2

Destinação dos recursos da Excussão. Os recursos apurados após a Excussão, inclusive a título de Participação no Resultado pago à Participação Societária, deverão ser imediatamente aplicados para quitar as Obrigações Garantidas, parcial ou totalmente, observados os procedimentos descritos nas Escrituras, nesta ordem: (i) encargos moratórios e quaisquer tributos; (ii) Remuneração das Debêntures; (iii) Valor Nominal das Debêntures; e (iv) qualquer outro montante devido pela SPE ou pela Scalina, conforme o caso, aos Debituristas, em decorrência das Escrituras. Caso os recursos apurados após a Excussão não sejam suficientes para quitar todas as Obrigações Garantidas, a SPE ou a Scalina, conforme o caso, permanecerão responsáveis pelo saldo devedor das Obrigações Garantidas. O Agente de Garantia entregará à SPE ou à Scalina, conforme o caso, o que porventura sobejar após a Excussão, mediante o depósito de tais recursos em conta específica indicada pela SPE e pela Scalina, conforme o caso.

5.3

Excussão das Garantias. Na excussão das Garantias, as seguintes regras serão aplicáveis:

(i) O Agente de Garantia, após deliberação em assembleia dos Debituristas, conforme estabelecido nas Escrituras, poderá optar entre excutir a Cessão de Recebíveis, caso aplicável, a Alienação Fiduciária da Participação Societária ou a Fiança, em conjunto ou separadamente, total ou parcialmente, tantas vezes quantas forem necessárias, até integral adimplemento das Obrigações Garantidas;

(iii) A excussão de uma Garantia não ensejara, em hipótese nenhuma, perda da opção de se excluir as demais; e

(iiii) A Alienante: (a) declara conhecer os termos de cada um dos Documentos de Garantias; e (b) compromete-se a: (1) com eles cumprir; (2) exercer seus direitos de forma a não prejudicar os direitos e prerrogativas dos Debituristas, o cumprimento integral das Obrigações, as Garantias e seu objeto, e (3) não aprovar e/ou realizar qualquer ato em desacordo com o disposto na Escritura da SPE, neste Contrato e nos demais Documentos de Garantia.

5.4 Obrigação adicional da SPE. A SPE obriga-se a praticar todos os atos e cooperar com o Agente de Garantia em tudo que se fizer necessário ao cumprimento do disposto nesta cláusula.

6 DECLARAÇÕES E GARANTIAS

6.1 A SPE declara e garante ao Agente de Garantia que:

(i) esta devidamente autorizada a celebrar este Contrato, a Escritura da SPE e a cumprir com todas as obrigações neles previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(ii) é a legítima proprietária e possuidora, a justo título, da Participação Societária, sem qualquer Ônus exceto pela presente alienação fiduciária e pelo Acordo de Acionistas;

(iii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada, de acordo com as leis brasileiras, bem como esta devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;

(iv) as pessoas que a representam na assinatura deste Contrato têm poderes bastantes para tanto;

(v) os termos deste Contrato não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença judicial, transitada em julgado, que afete a SPE, suas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;

(vi) este Contrato constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da SPE, exequível de acordo com os seus termos e condições;



Handwritten signatures and initials, including 'ML' and a large stylized signature.

(viii)

Exceto pelos contratos de financiamento existentes nesta data, celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e com as instituições financeiras elencadas no ANEXO I ao presente Contrato, a celebração deste Contrato não infringe qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a SPE, suas controladas e/ou coligadas sejam parte, ou ao qual seus bens ou direitos estejam vinculados, nem resultará em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos e/ou da Escritura da SPE, (b) criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo ou bem da SPE, suas controladas e/ou coligadas, que não os objeto deste Contrato, ou (c) extinção de qualquer desses contratos ou instrumentos.

6.2 Os Fundos declaram e garantem ao Agente de Garantia que:

i. estão devidamente autorizados a celebrar este Contrato e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

ii. serão os legítimos proprietários e possuidores, a justo título, da Participação Societária, sem qualquer Ônus exceto pelas Obrigações, no caso da Incorporação;

iii. são fundos devidamente organizados, constituídos e existentes sob a forma de fundo de investimento em participações, de acordo com as leis brasileiras, bem como estão devidamente autorizados a desempenhar a atividade descrita em seus respectivos objetos sociais;

iv. as pessoas que os representam na assinatura deste Contrato têm poderes bastantes para tanto;

v. os termos deste Contrato não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença judicial, transitada em julgado, que os afetem, suas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;

vi. este Contrato constitui uma obrigação legal, válida e vinculante dos Fundos, exequível de acordo com os seus termos e condições; e

vii. a celebração deste Contrato não infringe qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual os Fundos, suas controladas e/ou coligadas sejam parte, ou ao qual seus bens ou direitos estejam vinculados, nem resultará em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo ou bem dos Fundos, suas controladas e/ou coligadas, que não os objeto deste Contrato, ou (c) extinção de qualquer desses contratos ou instrumentos.







11

7 EVENTOS DE CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE

7.1

Consolidação da Propriedade. Observadas as disposições legais aplicáveis, a propriedade da Participação Societária consolidar-se-á em nome do Agente de Garantia, agindo em nome dos Debituristas, nas seguintes hipóteses:

(i) não adimplemento das Obrigações Garantidas de acordo com as Escrituras;

(ii) descumprimento pela Aliénante, conforme o caso, de qualquer Obrigação financeira assumida neste Contrato, não sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis contados de seu vencimento;

(iii) descumprimento pela Aliénante, conforme o caso, de qualquer Obrigação não financeira assumida neste Contrato, não sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua comunicação ou conhecimento, conforme o caso, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;

(iv) provarem-se falsas, ou revelarem-se incorretas ou enganosas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Aliénante, conforme o caso, neste Contrato em que a falsidade, incorreção ou o engano em questão não seja sanado no prazo de 3 (três) dias úteis: (i) do conhecimento, pela SPE ou pela Scalina, conforme o caso, da falsidade, incorreção ou do engano, (ii) da comunicação pela SPE ou pela Scalina, conforme o caso, ao Agente de Garantia, ou (iii) da comunicação do Agente de Garantia da SPE à SPE ou do Agente de Garantia da Scalina à Scalina, conforme o caso, dos três o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;

(v) se a Aliénante, conforme o caso, tentar ou praticar qualquer ato que vier a anular, questionar, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, este Contrato, ou limitar os poderes dos Debituristas de executar a totalidade das Garantias até cumprimento integral das Obrigações Garantidas; ou

(vi) proposição contra a Aliénante, conforme o caso de demandas, judiciais ou administrativas, ou qualquer investigação, que afete a Participação Societária, no todo ou em parte.

8 DESPESAS

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

8.1

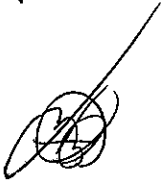
Despesas. Qualquer custo ou despesa eventualmente incorrido pela Alienante, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais para fins da Excussão, tributos e encargos e taxas —, será de sua inteira responsabilidade, não cabendo ao Agente de Garantias, nem aos Debituristas, qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou reembolso.

8.2

Reembolsos. Caso quaisquer do Agente de Garantias ou quaisquer dos Debituristas arque com qualquer custo ou despesa relacionados ao objeto deste Contrato, ou às Obrigações Garantidas, a Alienante, conforme o caso, deverá reembolsá-los, em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento dos comprovantes.







ML

9 PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1 O presente Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável e começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até o cumprimento integral da totalidade das Obrigações Garantidas.

10 COMUNICAÇÕES

10.1 Endereço. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos deste Contrato deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a SPE

TF Têxtil Participações S.A.

At: Nelson Falcão Pereira
Avenida. Papa João Paulo I, 5.235 – Bonsucesso, Guarulhos – SP,
CEP: 07170-350
Telefone: (11) 3598-2097
Fax: (11) 3598-2099
Email: nelson.falcão@trfil.com.br

(iii) Para o Agente Fiduciário da Scalina e Agente de Garantia

Pentagono S/A DTVM

At: Marcelo da Costa Ribeiro
Avenida das Américas, nº 4200 – Bloco 4 – Sala 514, Barra da Tijuca
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (021) 3385-4565
Fac-símile: 3385-4046
Correio Eletrônico: marcelo@pentagonotrustee.com.br
c/c: trustee@pentagonotrustee.com.br

(iii) Para o Agente Fiduciário da SPE

Planner Trustee DTVM Ltda.

At: Viviane Rodrigues
Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 10º andar – Itaim Bibi
CEP: 04538-132
São Paulo – SP
Telefone: (11) 2172-2628
Fac-símile: (11) 3078-7264
Correio Eletrônico: vrodrigues@plannercorretora.com.br

(iv) Para a Scalina

Scalina S.A.
At: Nelson Falcone Pereira
Avenida. Papa João Paulo I, 5.235 – Bonsucesso, Guarulhos – SP,
CEP: 07170-350
Telefone: (11) 3598-2097
Fax: (11) 3598-2099
Email: nelson.falcone@trifil.com.br

(v) Para os Fundos, caso ocorra a incorporação

Banco Santander (Brasil) S.A. (na qualidade de administrador dos

Fundos)

At: Danilo C. Barbieri e Marcelo Vieira Francisco
Av. Juscelino Kubitschek 2235, 24º andar estação 473,
Cep 04543-011, São Paulo - SP.
Telefone: +55 11 3012-5778
Fax: +55 11 3012-7371
Email: mfrancisco@santander.com.br

10.2 Recebimento. As comunicações (i) serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima; e (ii) por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

10.2.1 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à Scalina, a qual se encarregará de comunicar tal alteração a todas as demais Partes.



[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

11 DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Cessão do Crédito Fiduciário. O Agente de Garantia poderá, em nome dos Debituristas, ceder total ou parcialmente o crédito objeto da alienação fiduciária contratada neste instrumento, sendo certo que a cessão do crédito implicará a transferência, ao cessionário, de todos os direitos e obrigações inerentes à propriedade fiduciária em garantia.

11.2 Restituição. Na hipótese de pedido de aut falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da SPE, ou de suas controladas, fica assegurada ao Agente de Garantia a restituição, em nome dos Debituristas, da Participação Societária, proporcional ao valor da dívida decorrente das Escrituras, alienada fiduciariamente, na forma da legislação pertinente.

11.3 Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes deste Contrato. Desta forma, qualquer atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debituristas, em razão de qualquer inadimplemento da Alienante e/ou da SPE, não prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4 Irrevogabilidade e Irretroatividade. Este Contrato é firmado em caráter irrevogável e irretroatível, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11.5 Invalidez ou ineficácia parcial. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.6 Entendimento Integral. Este Contrato, as Escrituras, os demais Documentos de Garantia e os contratos a serem celebrados com terceiros, relacionados com as Debituristas e suas garantias, constituem o integral entendimento entre as Partes, com relação às Emissões.

11.7 Significado. As palavras e os termos constantes deste Contrato, aqui não expressamente definidos, gratos em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira ou não, que, eventualmente, durante a vigência do presente Contrato, no cumprimento

MJ
MM
K
O

de direitos e obrigações assumidos pelas Partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

11.8 Boafé. As Partes declaram, mútua e expressamente, que este Contrato foi celebrado respeitando-se os princípios de probidade e de boafé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

11.9 Compromisso adicional. As Partes se obrigam a: (i) assinar todos os documentos, inclusive instrumentos de retificação e aditamento, caso isto se faça necessário para atender exigência formulada por cartórios, como condição para efetivar o registro deste instrumento; e (ii) apresentar todos os documentos e informações exigidas, além de tomar prontamente todas as providências que se fizerem necessárias à viabilização do referido registro.

12 LEI APLICÁVEL e FORO

12.1 Lei aplicável. Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis do Brasil.

12.2 Foro. Fica eleito, como foro competente para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste Contrato, o foro da comarca da capital, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que possa ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente Contrato, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 05 de outubro de 2010

[assinaturas iniciam-se na página seguinte]

[restante desta página intencionalmente deixado em branco]



Handwritten signatures and initials, including 'M' and 'B'.

TF TÊXTIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Por: _____
Cargo:

Por: _____
Cargo:









ML

PENTÁGONO S/A DTVM

Por: _____
Cargo:

Por: _____
Cargo:












14

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Por: _____
Cargo:

Por: _____
Cargo:






M

SCALINA S.A.

Por: _____
Cargo:

Por: _____
Cargo:








BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.,

na qualidade de administrador do FIP Brasil de Internacionalização de Empresas – Fundo
de Investimento em Participações e do TFB Fundo de Investimento em Participações

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

8



[Signature]

[Signature]

WJ

Testemunhas:

1

Nome:

RG:

CPF:

2

Nome:

RG:

CPF:

8

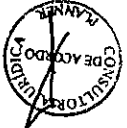


[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Nº do Contrato	Contrato	Empresa	Banco	Alteração de Controle Autorização Prévia	Alteração de Controle de Debituras Autorização Prévia	Emissão de Debituras de Notificação
106609110000300	Cédula de Crédito Bancário	Scalina	Banco Itaú BBA S.A.	✓	N/A	N/A
10/476.084-9	Abertura de Crédito Mediante Repasse do BNDES	Scalina	Banco Unibanco S.A.	✓	N/A	N/A
161500/05	FINAME	Scalina	Banco Itaú BBA S.A.	✓	N/A	N/A
31/48.754-4	FINAME	Scalina	Banco Unibanco S.A.	✓	N/A	N/A
31/445.517-6	FINAME	Scalina	Banco Unibanco S.A.	✓	N/A	N/A
01500701255	FINIMP	Scalina	Banco Bradesco S.A.	✓	N/A	N/A
20.842/AGE259382/1	FINIMP	Scalina	Banco Itaú S.A.	✓	N/A	N/A
20.842/AGE259454/1	FINIMP	Scalina	Banco Itaú S.A.	✓	N/A	N/A
G22527827012010	FINIMP	Scalina	Banco Santander (Brasil) S.A.	✓	N/A	N/A
14117	Pré-pagamento à Exportação	Scalina	Banco Santander (Brasil) S.A.	✓	N/A	N/A



M

B

ANEXO IV
 CONTA DE LIQUIDAÇÃO

Titular	Conta	Agência	Banco
TF Têxtil Participações S.A.	290021956	2271	Banco Santander (Brasil) S.A.



